



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Goiânia

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 385 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,14%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Goiânia, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a locação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população.

A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Goiânia.

4. Faixa etária:

4.1 De 16 a 34 anos;

4.2 De 35 a 59 anos;

4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;

5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;

5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;

5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

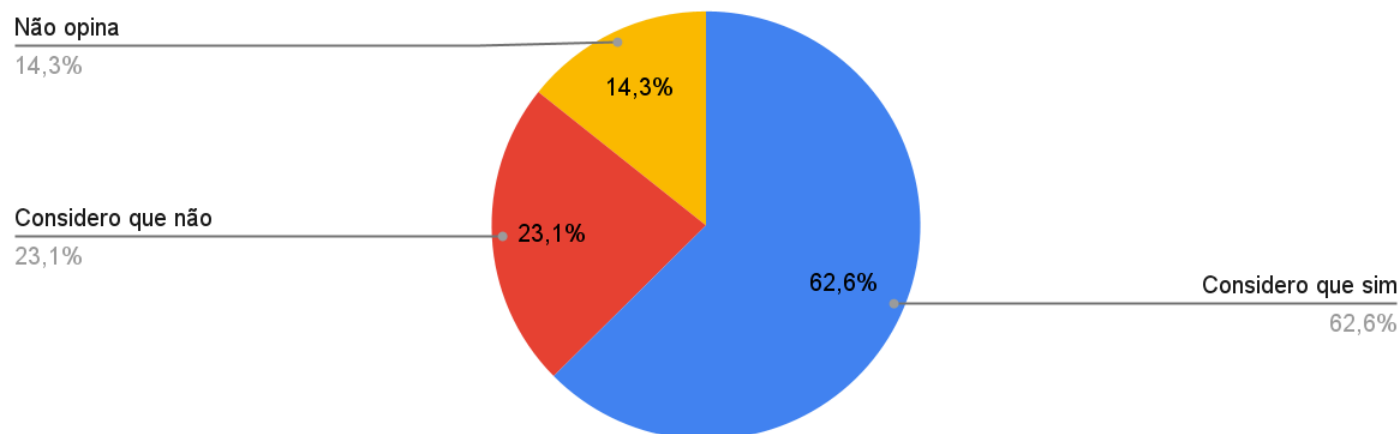
7. Responsabilidade técnica:

SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	62,57%	29,76%	32,50%	0,31%	24,17%	27,80%	10,60%	16,78%	33,31%	12,48%
Considero que não	23,13%	12,11%	10,97%	0,06%	7,19%	11,41%	4,53%	5,51%	12,53%	5,09%
Não opina	14,29%	6,97%	7,30%	0,03%	4,06%	6,38%	3,86%	5,31%	6,66%	2,32%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77



A análise dos resultados evidencia que a percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município apresenta predominância favorável, uma vez que 62,6% dos respondentes afirmam considerar que há equidade. Esse dado sugere que, para a maioria da população, o sistema educacional municipal consegue atender de forma satisfatória aspectos estruturais e operacionais relevantes, como a disponibilidade de vagas, a distribuição territorial das unidades escolares e condições mínimas de infraestrutura, possibilitando acesso relativamente homogêneo entre diferentes regiões e segmentos sociais. Tal percepção positiva pode indicar efetividade das políticas públicas educacionais no que se refere ao planejamento da rede escolar e à capacidade de absorção da demanda existente.

Por outro lado, o contingente de 23,1% dos entrevistados que considera inexistente a igualdade de acesso revela a presença de assimetrias percebidas no sistema. Esse percentual não é residual e aponta para possíveis fragilidades estruturais ou territoriais, como concentração de unidades em determinadas áreas, limitações na oferta de vagas em regiões de maior crescimento populacional, dificuldades de deslocamento, insuficiência do transporte escolar ou barreiras socioeconômicas que impactam o acesso efetivo à educação pública. A existência desse grupo reforça a necessidade de análises mais aprofundadas sobre a distribuição espacial das escolas e sobre os mecanismos de inclusão e permanência dos estudantes.

Adicionalmente, o índice de 14,3% de respondentes que não opinaram pode ser interpretado como indicativo de baixo nível de interação direta com a rede pública de ensino, desconhecimento das condições de acesso ou ausência de vivência recente no sistema educacional. Esse dado sugere uma parcela da população que não dispõe de informações suficientes para avaliar o serviço, o que também pode sinalizar lacunas na comunicação institucional ou no engajamento comunitário em relação às políticas educacionais.

De forma consolidada, os resultados demonstram que, embora haja uma percepção majoritariamente positiva quanto à igualdade de acesso às escolas públicas, persiste uma parcela significativa da população que identifica desigualdades relevantes. Esse cenário evidencia a importância de manter e aprimorar as políticas já existentes, ao mesmo tempo em que se faz necessário direcionar ações específicas para redução das disparidades apontadas, com foco em planejamento territorial, ampliação de vagas, melhoria da mobilidade escolar e fortalecimento de estratégias que garantam equidade efetiva no acesso à educação pública municipal.

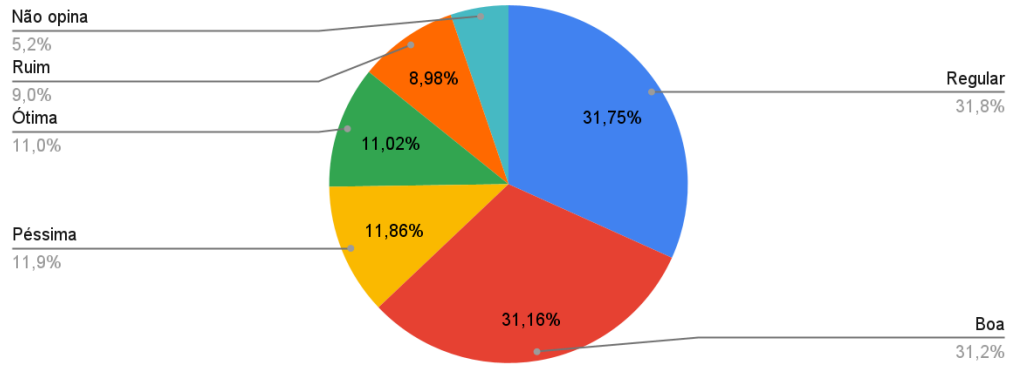
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Regular	31,75%	14,55%	17,12%	0,08%	12,70%	13,65%	5,40%	7,94%	17,62%	6,18%
Boa	31,16%	15,50%	15,52%	0,14%	10,41%	14,63%	6,13%	8,95%	16,62%	5,59%
Péssima	11,86%	6,55%	5,26%	0,06%	3,89%	5,93%	2,04%	3,52%	6,01%	2,32%
Ótima	11,02%	5,48%	5,48%	0,06%	3,13%	5,06%	2,83%	3,61%	5,20%	2,21%
Ruim	8,98%	4,08%	4,84%	0,06%	3,64%	3,83%	1,51%	2,10%	4,76%	2,13%
Não opina	5,23%	2,69%	2,55%	0,00%	1,65%	2,49%	1,09%	1,48%	2,29%	1,45%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

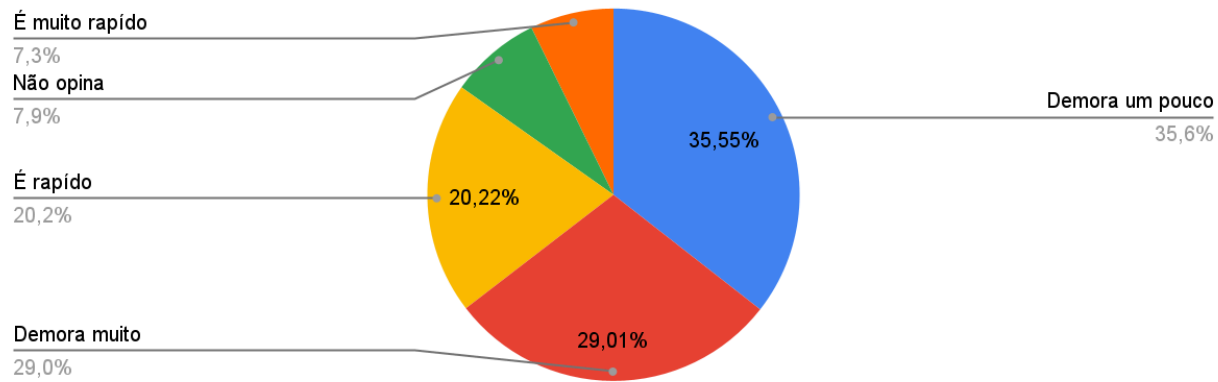
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	35,55%	17,17%	18,29%	0,08%	13,65%	16,03%	5,87%	9,15%	19,27%	7,13%
Demora muito	29,01%	14,55%	14,32%	0,14%	10,32%	13,20%	5,48%	7,38%	15,58%	6,04%
É rápido	20,22%	9,87%	10,29%	0,06%	6,74%	9,31%	4,17%	6,35%	10,41%	3,47%
Não opina	7,94%	3,72%	4,22%	0,00%	2,63%	3,38%	1,93%	2,46%	3,61%	1,87%
É muito rápido	7,27%	3,52%	3,64%	0,11%	2,07%	3,66%	1,54%	2,27%	3,64%	1,37%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A análise da avaliação da qualidade do atendimento nos postos de saúde revela um cenário de desempenho intermediário, com predomínio de percepções que classificam o serviço como aceitável, porém distante de um padrão ideal. Observa-se que 31,8% dos respondentes consideram o atendimento regular e 31,2% o avaliam como bom, resultando em um total de 63% de respostas concentradas em níveis médios de satisfação. Esse resultado indica que, para a maioria dos usuários, os serviços conseguem atender às necessidades básicas, mas apresentam limitações recorrentes relacionadas à eficiência dos processos, ao acolhimento, à infraestrutura física e à disponibilidade de profissionais, fatores que comprometem a experiência de atendimento e reduzem o potencial de avaliação mais positiva.

As avaliações de excelência, representadas pelos 11% que classificaram o atendimento como ótimo, demonstram que existem práticas e unidades que alcançam padrões elevados de qualidade, possivelmente associadas a melhor organização interna, equipes mais completas ou gestão mais eficiente. Contudo, o fato de esse percentual ser relativamente reduzido indica que tais experiências positivas não são homogêneas nem amplamente disseminadas na rede. Em contrapartida, as avaliações negativas somam 20,9%, sendo 9% classificando o atendimento como ruim e 11,9% como péssimo, o que evidencia a existência de falhas estruturais e operacionais relevantes. Esse contingente expressivo de insatisfação aponta para problemas que afetam diretamente a percepção de qualidade, como demora no atendimento, insuficiência de profissionais, precariedade das instalações ou falhas no acolhimento, gerando impacto negativo na confiança e na satisfação dos usuários.

O percentual de 5,2% de respondentes que não opinaram pode ser interpretado como indicativo de pouco contato recente com os postos de saúde ou de falta de informações suficientes para formular uma avaliação consistente. Ainda assim, esse dado reforça a necessidade de ampliar a transparência e o diálogo com a população sobre o funcionamento e os serviços ofertados na atenção básica. De forma consolidada, os resultados demonstram que o atendimento nos postos de saúde atende parcialmente às expectativas da população, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos em melhorias estruturais, capacitação e valorização dos profissionais, além da revisão e otimização dos processos de atendimento.

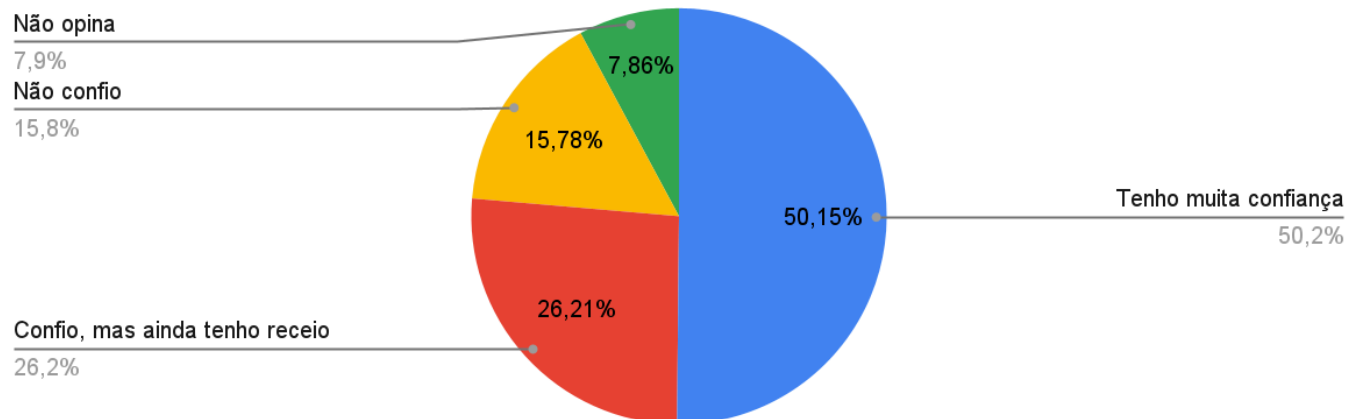
No que se refere à percepção sobre o tempo de espera, os dados apontam para um fator crítico de insatisfação. A soma de 35,6% dos respondentes que afirmam que o atendimento demora um pouco e 29% que consideram que demora muito resulta em 64,6% de avaliações que indicam tempos de espera superiores ao considerado adequado. Esse percentual majoritário evidencia gargalos operacionais significativos, possivelmente decorrentes de alta demanda, dimensionamento inadequado das equipes, limitações na agenda de atendimentos ou ineficiências na organização dos fluxos internos. Tais fatores contribuem diretamente para a percepção negativa do serviço e impactam a qualidade global do atendimento.

Em contrapartida, apenas 27,5% dos usuários relatam experiências positivas quanto à agilidade, sendo 20,2% que consideram o atendimento rápido e 7,3% muito rápido. Esse grupo minoritário indica que, embora existam situações de eficiência e bom desempenho operacional, elas não representam a realidade predominante da rede. O percentual de 7,9% que não opinou reforça a hipótese de ausência de contato recente ou de informações suficientes para avaliar o tempo de espera. De maneira integrada, os dados evidenciam que a redução do tempo de espera constitui um dos principais desafios para a gestão dos postos de saúde, demandando ações estratégicas voltadas à ampliação de recursos humanos, reorganização dos fluxos de atendimento, uso mais eficiente da agenda e fortalecimento do planejamento, com o objetivo de promover maior eficiência operacional e elevar o nível de satisfação da população usuária.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	50,15%	22,24%	27,78%	0,14%	18,13%	21,99%	10,04%	13,76%	26,57%	9,82%
Confio, mas ainda tenho receio	26,21%	13,93%	12,11%	0,17%	9,68%	12,34%	4,20%	6,46%	14,27%	5,48%
Não confio	15,78%	8,28%	7,44%	0,06%	5,17%	8,08%	2,52%	4,64%	7,97%	3,16%
Não opina	7,86%	4,39%	3,44%	0,03%	2,43%	3,19%	2,24%	2,74%	3,69%	1,43%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A análise dos dados referentes à confiança nas forças policiais do município evidencia um cenário amplamente favorável, marcado pela predominância de percepções positivas quanto à atuação da corporação. Observa-se que 50,2% dos respondentes declararam ter muita confiança na polícia, o que indica um elevado nível de credibilidade institucional e sugere que uma parcela significativa da população reconhece a efetividade das ações de segurança pública, a capacidade de resposta às ocorrências e a legitimidade do trabalho policial. Esse resultado pode estar associado à visibilidade das operações, à presença ostensiva em determinados territórios e à percepção de controle ou prevenção de situações de risco.

Adicionalmente, 26,2% dos entrevistados afirmam confiar na polícia, porém ainda com receio, o que eleva para 76,4% o total de respondentes que demonstram algum grau de confiança. Esse dado revela uma confiança majoritária, porém não plenamente consolidada, indicando que, embora a atuação policial seja reconhecida, ainda existem fatores que geram insegurança ou cautela por parte da população. Esse receio pode estar relacionado a experiências pontuais negativas, percepção de seletividade nas abordagens, limitações na cobertura territorial ou dúvidas quanto à continuidade e consistência das ações de segurança.

Em contrapartida, o percentual de 15,8% que declara não confiar nas forças policiais não é desprezível e aponta para a existência de fragilidades percebidas na atuação institucional. Essa desconfiança pode refletir avaliações negativas sobre a eficácia no enfrentamento da criminalidade, a demora no atendimento de ocorrências, a ausência de policiamento em determinadas regiões ou a percepção de falhas no relacionamento com a comunidade. A presença desse grupo reforça a necessidade de atenção a práticas de policiamento mais próximas da população, baseadas na transparência, no diálogo e na prestação de contas.

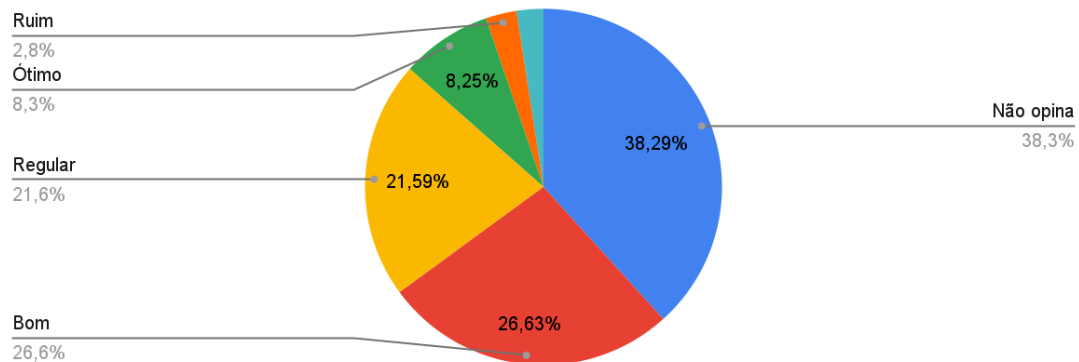
O índice de 7,9% de respondentes que não opinaram pode ser interpretado como indicativo de distanciamento em relação aos serviços policiais, seja por contato direto, seja por falta de informações suficientes para formar uma opinião consistente. Esse dado também sugere oportunidades para ampliar a comunicação institucional e tornar mais visíveis as ações desenvolvidas pela corporação, de modo a fortalecer o conhecimento da população sobre o papel e os resultados da polícia.

De forma consolidada, os resultados demonstram que a confiança nas forças policiais do município é majoritariamente positiva, evidenciando reconhecimento da legitimidade e da relevância da atuação policial. Contudo, a existência de níveis moderados de receio e de uma parcela significativa de desconfiança indica a necessidade de ações contínuas voltadas ao fortalecimento da consistência operacional, à ampliação da presença territorial, ao aprimoramento da comunicação institucional e ao aprofundamento das estratégias de aproximação comunitária, com vistas a ampliar e consolidar a credibilidade da segurança pública junto à população.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	38,29%	18,80%	19,50%	0,00%	13,17%	17,29%	7,83%	9,96%	20,20%	8,14%
Bom	26,63%	12,17%	14,35%	0,11%	9,37%	12,06%	5,20%	7,33%	14,46%	4,84%
Regular	21,59%	10,63%	10,83%	0,14%	8,53%	9,87%	3,19%	6,29%	10,99%	4,31%
Ótimo	8,25%	4,22%	3,92%	0,11%	2,63%	3,72%	1,90%	2,60%	4,06%	1,59%
Ruim	2,80%	1,59%	1,17%	0,03%	1,09%	1,29%	0,42%	0,39%	1,85%	0,56%
Péssimo	2,43%	1,43%	1,01%	0,00%	0,62%	1,37%	0,45%	1,03%	0,95%	0,45%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A análise da avaliação dos serviços prestados pelo CRAS e CREAS evidencia um cenário marcado por heterogeneidade tanto no nível de conhecimento quanto na percepção da população acerca dessas políticas socioassistenciais. Observa-se que 26,6% dos respondentes classificam os serviços como bons e 8,3% como ótimo, totalizando 34,9% de avaliações positivas. Esse resultado indica que mais de um terço da população reconhece a eficiência das ações desenvolvidas, destacando aspectos como acolhimento adequado, capacidade técnica das equipes e efetividade no atendimento às demandas sociais, especialmente no suporte a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, o percentual de 21,6% de avaliações regulares revela que uma parcela expressiva dos usuários percebe limitações na prestação dos serviços. Essa avaliação intermediária sugere a existência de entraves operacionais que comprometem a plena satisfação, como sobrecarga de demanda, restrições orçamentárias, insuficiência de profissionais, demora no atendimento ou variações na qualidade do serviço entre diferentes unidades. Esses fatores podem impactar a continuidade e a resolutividade do acompanhamento socioassistencial, reduzindo o potencial de resultados mais positivos.

As avaliações negativas, embora percentualmente menores, somam 5,2%, sendo 2,8% classificando os serviços como ruins e 2,4% como péssimos. Esse contingente, ainda que reduzido, é relevante do ponto de vista da gestão pública, pois indica a presença de falhas pontuais ou recorrentes que afetam diretamente a experiência de determinados usuários. Tais percepções podem estar associadas a dificuldades de acesso, falhas no acolhimento, limitações na articulação com outras políticas públicas ou insuficiência de respostas às demandas apresentadas.

O dado mais expressivo do conjunto é o elevado percentual de 38,3% de respondentes que não opinaram sobre os serviços do CRAS e CREAS. Esse índice sugere, de forma consistente, desconhecimento, pouco contato direto ou ausência de informação suficiente sobre a atuação dessas unidades, o que evidencia um desafio relevante relacionado à visibilidade e à comunicação das políticas de assistência social. Tal cenário pode indicar que parte da população potencialmente elegível aos serviços não reconhece ou não acessa plenamente os equipamentos disponíveis.

De maneira consolidada, os resultados apontam que, embora exista uma percepção positiva significativa em relação aos serviços do CRAS e CREAS, ainda há limitações operacionais e um elevado grau de desconhecimento que impactam a avaliação global. Esse contexto reforça a necessidade de fortalecer estratégias de divulgação institucional, ampliar o acesso aos serviços, padronizar a qualidade do atendimento entre as unidades e investir na capacitação contínua das equipes, de modo a ampliar a cobertura, elevar a satisfação dos usuários e consolidar a efetividade das ações socioassistenciais no município.

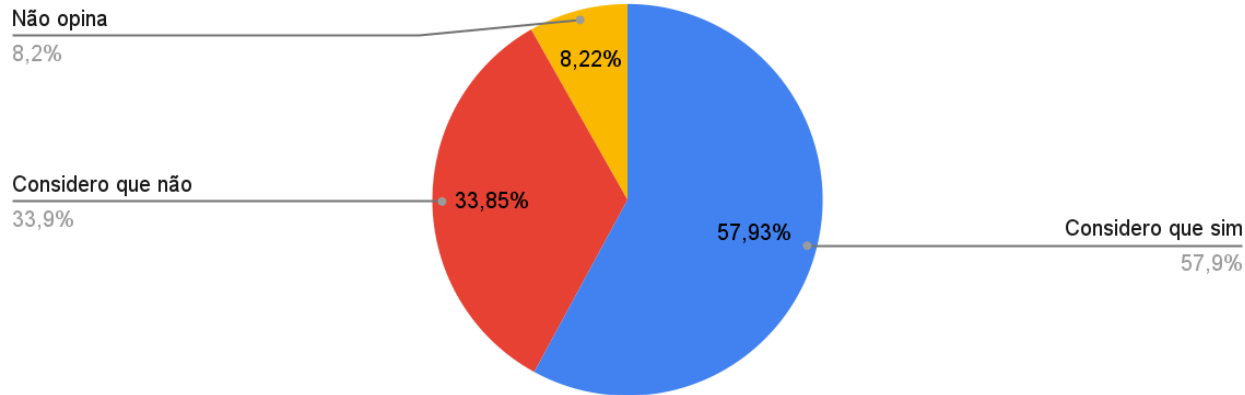
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	57,93%	25,54%	32,14%	0,25%	21,01%	26,88%	10,04%	15,22%	31,08%	11,64%
Considero que não	33,85%	19,02%	14,71%	0,11%	11,89%	15,22%	6,74%	9,57%	17,62%	6,66%
Não opina	8,22%	4,28%	3,92%	0,03%	2,52%	3,50%	2,21%	2,83%	3,80%	1,59%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

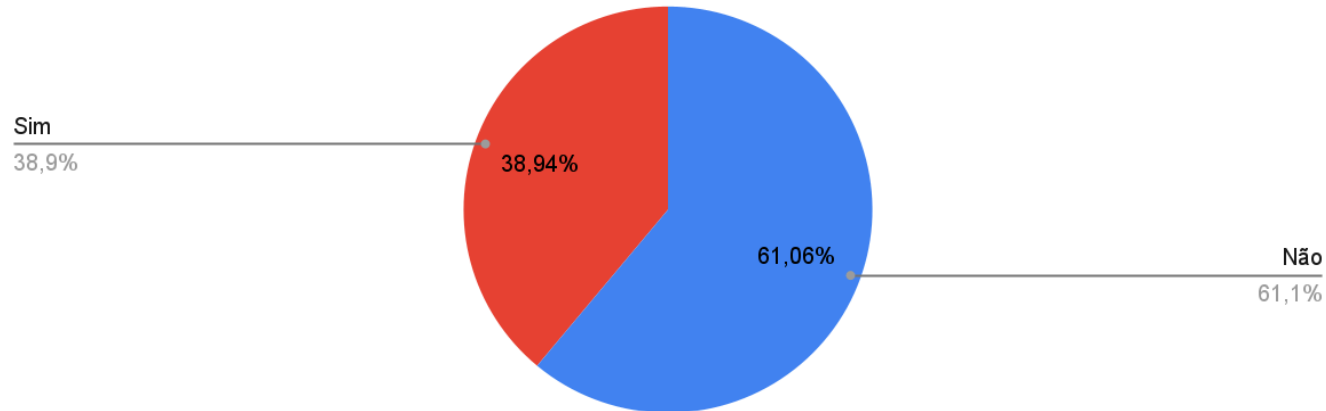
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	61,06%	30,24%	30,63%	0,20%	21,43%	26,13%	13,51%	17,76%	31,89%	11,41%
Sim	38,94%	18,60%	20,14%	0,20%	13,99%	19,47%	5,48%	9,85%	20,62%	8,48%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A análise da percepção sobre a disponibilidade de oportunidades de trabalho no município revela um cenário predominantemente favorável, ainda que marcado por contrastes relevantes. Observa-se que 57,9% dos respondentes consideram que existem vagas suficientes, o que indica que a maioria da população percebe uma oferta de emprego relativamente compatível com a demanda local e com os perfis de qualificação predominantes no município. Esse resultado pode estar associado à presença de setores econômicos ativos, à dinâmica do mercado local ou a políticas de estímulo ao emprego que contribuem para uma percepção positiva quanto às possibilidades de inserção laboral.

Por outro lado, o percentual de 33,9% que afirma não haver oportunidades suficientes é expressivo e sinaliza a existência de restrições estruturais no mercado de trabalho municipal. Essa percepção pode refletir a escassez de vagas formais, a concentração das oportunidades em segmentos específicos da economia, a instabilidade dos vínculos empregatícios ou o descompasso entre as exigências das vagas disponíveis e o nível de qualificação profissional da população. A presença desse contingente evidencia que, embora o cenário geral seja avaliado como positivo, há grupos que enfrentam maiores dificuldades de acesso ao emprego, especialmente jovens, pessoas com menor escolaridade ou trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

O índice de 8,2% de respondentes que não opinaram sugere distanciamento em relação ao tema, possivelmente decorrente da ausência de busca recente por trabalho, de inserção estável no mercado ou de desconhecimento mais aprofundado sobre a realidade laboral do município. Ainda assim, esse dado reforça a importância de análises segmentadas para compreender melhor as diferentes experiências e percepções da população economicamente ativa.

No que se refere ao conhecimento sobre os programas municipais de capacitação para o emprego, os dados revelam uma fragilidade significativa na comunicação e no alcance dessas políticas. O fato de 61,1% da população declarar não possuir conhecimento sobre tais programas evidencia uma lacuna informacional relevante, que compromete diretamente a efetividade das ações voltadas à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho. A baixa visibilidade dessas iniciativas limita a adesão dos potenciais beneficiários e reduz o impacto das políticas públicas destinadas à promoção do emprego e da renda.

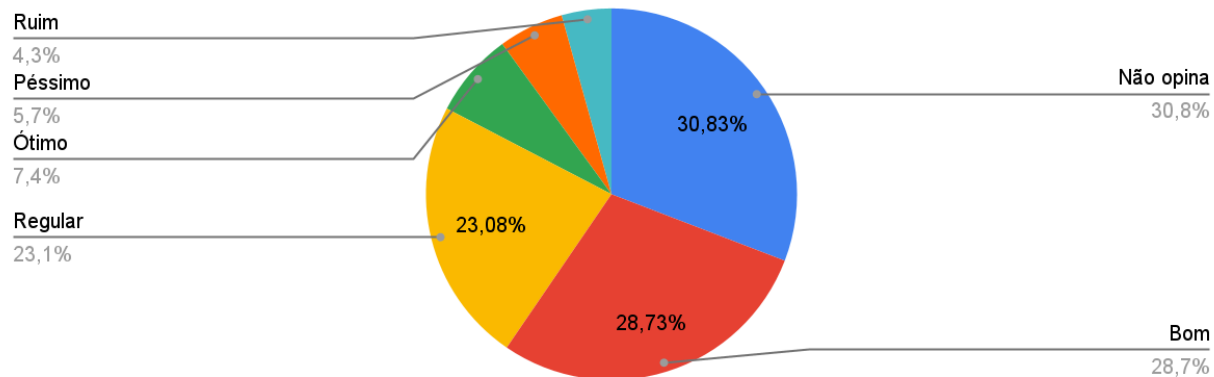
Em contrapartida, 38,9% dos respondentes afirmam conhecer os programas de capacitação, indicando que uma parcela considerável da população consegue acessar essas informações, possivelmente por estar mais próxima dos equipamentos públicos, de instituições parceiras, de redes comunitárias ou de canais de comunicação mais eficazes. A diferença expressiva entre os grupos com e sem conhecimento dos programas evidencia uma assimetria no acesso à informação, que pode aprofundar desigualdades e restringir a participação de públicos que mais necessitam dessas políticas.

De forma integrada, os resultados indicam que, embora exista uma percepção majoritariamente positiva quanto à disponibilidade de oportunidades de trabalho no município, persistem desafios estruturais relacionados à ampliação e diversificação das vagas, bem como à inclusão de grupos com maior dificuldade de inserção laboral. Paralelamente, a baixa taxa de conhecimento sobre os programas de capacitação reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação, fortalecimento da articulação com a comunidade e ampliação do acesso às ações de qualificação profissional, de modo a alinhar a oferta de empregos às competências da população e promover desenvolvimento econômico mais inclusivo e sustentável.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	30,83%	15,75%	14,99%	0,08%	9,59%	14,41%	6,83%	7,66%	16,22%	6,94%
Bom	28,73%	12,76%	15,83%	0,14%	11,08%	12,28%	5,37%	8,39%	15,27%	5,06%
Regular	23,08%	11,13%	11,83%	0,11%	8,31%	10,83%	3,94%	6,57%	12,20%	4,31%
Ótimo	7,36%	3,47%	3,89%	0,00%	2,83%	3,27%	1,26%	2,52%	3,36%	1,48%
Péssimo	5,68%	3,55%	2,13%	0,00%	1,85%	2,94%	0,90%	1,48%	2,99%	1,20%
Ruim	4,34%	2,18%	2,10%	0,06%	1,76%	1,87%	0,70%	0,98%	2,46%	0,90%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A análise da avaliação do acesso ao transporte público no município revela um cenário heterogêneo, marcado por percepções positivas relevantes, porém acompanhadas de limitações estruturais e operacionais que comprometem a satisfação plena da população usuária. Observa-se que 28,7% dos respondentes classificam o serviço como bom e 7,4% como ótimo, totalizando 36,1% de avaliações positivas. Esse resultado indica que pouco mais de um terço da população reconhece a existência de cobertura considerada adequada, frequência satisfatória em determinados horários e condições mínimas de conforto e funcionalidade que permitem o deslocamento diário para atividades essenciais, como trabalho, estudo e acesso a serviços públicos.

Entretanto, o percentual de 23,1% de avaliações regulares evidencia que uma parcela significativa dos usuários percebe o transporte público como apenas parcialmente eficiente. Essa classificação intermediária sugere a presença de problemas recorrentes, tais como irregularidade na oferta, horários pouco compatíveis com a demanda real da população, baixa integração entre linhas, tempo excessivo de espera ou deficiências na infraestrutura dos pontos e veículos. Esses fatores tendem a limitar a atratividade do serviço e a reduzir sua capacidade de atender de forma adequada às necessidades de mobilidade urbana.

As avaliações negativas, que somam 10% entre as classificações ruim e péssimo, embora numericamente menores, são indicativas de falhas mais graves na prestação do serviço. Esse grupo possivelmente reflete experiências marcadas por ausência de linhas em determinadas regiões, especialmente áreas periféricas, baixa frequência, veículos em más condições ou falta de confiabilidade do sistema. Tais problemas impactam diretamente a qualidade de vida dos usuários e podem aprofundar desigualdades no acesso ao trabalho, à educação e aos serviços de saúde.

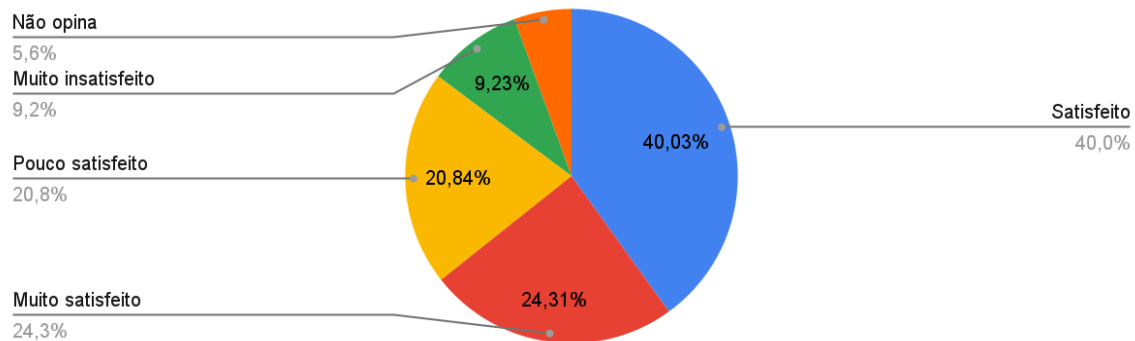
O dado de maior destaque no conjunto é o elevado percentual de 30,8% de respondentes que não opinaram sobre o transporte público. Esse índice expressivo sugere pouco contato direto com o serviço, uso esporádico ou mesmo desconhecimento da oferta existente, o que pode estar associado à preferência por meios de transporte individuais, à inexistência de atendimento adequado em determinadas localidades ou à percepção de baixa atratividade do sistema. Esse resultado também aponta para a necessidade de aprimorar a comunicação institucional e a divulgação das rotas, horários e benefícios do transporte público.

De forma consolidada, os dados demonstram que o acesso ao transporte público no município atende de maneira satisfatória apenas uma parcela da população, enquanto outra enfrenta limitações relevantes ou não utiliza o serviço. Esse cenário reforça a importância de investimentos contínuos na ampliação da cobertura territorial, na regularidade e previsibilidade dos horários, na melhoria da infraestrutura e na transparência das informações, de modo a promover um sistema de transporte mais eficiente, acessível e equitativo, capaz de atender às diferentes demandas da população municipal.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	40,03%	18,74%	21,06%	0,22%	15,44%	17,62%	6,97%	11,10%	21,54%	7,38%
Muito satisfeito	24,31%	11,58%	12,67%	0,06%	8,11%	11,78%	4,42%	6,29%	12,81%	5,20%
Pouco satisfeito	20,84%	10,27%	10,46%	0,11%	7,19%	9,34%	4,31%	5,43%	11,08%	4,34%
Muito insatisfeito	9,23%	5,26%	3,97%	0,00%	2,85%	4,25%	2,13%	2,91%	4,31%	2,01%
Não opina	5,59%	2,99%	2,60%		1,82%	2,60%	1,17%	1,87%	2,77%	0,95%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A análise da percepção da população sobre as áreas verdes do município evidencia um cenário amplamente favorável, marcado por elevados níveis de satisfação, mas também por demandas específicas de aprimoramento. Observa-se que 24,3% dos respondentes se declararam muito satisfeitos e 40% satisfeitos, totalizando 64,3% de avaliações positivas. Esse resultado indica que a maioria da população reconhece a relevância e a qualidade dos espaços verdes existentes, percebendo-os como ambientes adequados para lazer, prática de atividades físicas, convívio social e promoção do bem-estar, além de contribuírem para a melhoria da qualidade ambiental e urbana do município.

A expressiva taxa de satisfação sugere que aspectos como manutenção básica, paisagismo, presença de áreas arborizadas e disponibilidade de espaços de uso coletivo atendem, em grande medida, às expectativas dos usuários. Esses dados também podem refletir investimentos públicos em preservação ambiental e urbanismo, bem como a valorização desses espaços como elementos estruturantes da qualidade de vida e da sustentabilidade urbana.

Entretanto, o percentual de 20,8% de respondentes que se declaram pouco satisfeitos, somado aos 9,2% que se dizem muito insatisfeitos, totaliza 30% de avaliações negativas, o que evidencia a existência de limitações relevantes. Essas percepções podem estar associadas a deficiências na infraestrutura disponível, como ausência ou desgaste de equipamentos de lazer, iluminação inadequada, problemas de segurança, falta de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou desigualdade na distribuição das áreas verdes entre diferentes regiões do município. A presença desse contingente reforça que a experiência positiva não é homogênea para toda a população.

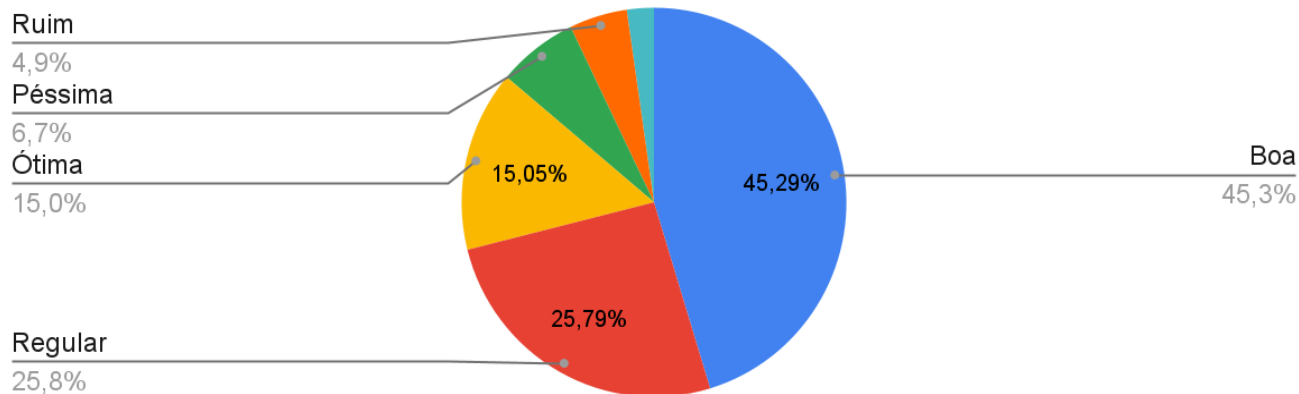
O percentual de 5,6% de respondentes que não opinaram pode ser interpretado como indicativo de pouco contato direto com as áreas verdes ou desconhecimento sobre os espaços disponíveis, sugerindo que parte da população não utiliza esses ambientes de forma regular ou não se sente estimulada a frequentá-los. Esse dado aponta para a importância de estratégias que ampliem o uso e a apropriação dos espaços verdes pela comunidade, por meio de ações de divulgação, programação de atividades e integração com políticas de saúde, esporte e lazer.

De forma consolidada, os resultados demonstram que as áreas verdes do município são bem avaliadas pela maioria da população, desempenhando papel relevante na promoção da qualidade de vida urbana. Contudo, a existência de níveis significativos de insatisfação evidencia a necessidade de manutenção contínua, qualificação da infraestrutura, reforço da segurança e ampliação equilibrada desses espaços, de modo a garantir acesso equitativo e experiências positivas para todos os moradores, independentemente da região em que residem.

8.8 Limpeza Urbana – Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	45,29%	20,81%	24,28%	0,20%	16,48%	20,39%	8,42%	13,31%	24,17%	7,80%
Regular	25,79%	12,95%	12,67%	0,17%	8,98%	12,08%	4,73%	6,97%	13,17%	5,65%
Ótima	15,05%	7,36%	7,69%	0,00%	5,99%	6,07%	2,99%	4,08%	7,92%	3,05%
Péssima	6,74%	3,75%	2,97%	0,03%	1,65%	3,52%	1,57%	1,82%	3,13%	1,79%
Ruim	4,87%	2,80%	2,07%	0,00%	1,48%	2,38%	1,01%	0,78%	2,99%	1,09%
Não opina	2,27%	1,17%	1,09%	0,00%	0,84%	1,15%	0,28%	0,64%	1,12%	0,50%
Total geral	100,00%	48,84%	50,77%	0,39%	35,41%	45,59%	18,99%	27,61%	52,50%	19,89%
Bases (entrevistados)	385	188	195	2	136	176	73	106	202	77

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A análise da avaliação da coleta de lixo domiciliar no município revela um desempenho globalmente satisfatório, com predominância de percepções positivas por parte da população. Observa-se que 45,3% dos respondentes classificam o serviço como bom e 15% como ótimo, totalizando 60,3% de avaliações favoráveis. Esse resultado indica que a maioria reconhece a eficiência operacional do serviço, associada à regularidade da coleta, à previsibilidade dos dias e horários e à confiabilidade na remoção adequada dos resíduos, aspectos essenciais para a manutenção da limpeza urbana, da saúde pública e da qualidade de vida.

Entretanto, o percentual de 25,8% de avaliações regulares evidencia que uma parcela significativa dos usuários percebe o serviço como apenas parcialmente eficiente. Essa classificação intermediária sugere a existência de limitações pontuais ou recorrentes, possivelmente relacionadas à cobertura desigual entre bairros, variações na frequência da coleta, atrasos ocasionais ou falhas operacionais específicas, como acúmulo de resíduos em determinados dias ou dificuldades logísticas em períodos de maior demanda. Esse grupo indica que, embora o serviço funcione de forma aceitável, há margem para aprimoramentos que poderiam elevar a percepção de qualidade.

As avaliações negativas, que somam 11,6%, sendo 4,9% classificando o serviço como ruim e 6,7% como péssimo, representam um contingente relevante do ponto de vista da gestão pública. Esses dados apontam para problemas mais críticos enfrentados por determinados usuários, possivelmente concentrados em regiões periféricas, áreas de difícil acesso ou locais com infraestrutura urbana mais precária. As percepções negativas podem estar associadas à irregularidade frequente da coleta, ausência do serviço em dias programados, falta de adequação da frota ou insuficiência de planejamento para atender áreas específicas do município.

O percentual reduzido de 2,3% de respondentes que não opinaram sugere que a coleta de lixo é um serviço amplamente conhecido e vivenciado pela população, com baixo nível de desconhecimento ou distanciamento em relação à sua prestação. Esse dado reforça a relevância do serviço no cotidiano dos moradores e a importância de manter elevados padrões de qualidade e confiabilidade.

De forma consolidada, os resultados indicam que a coleta de lixo domiciliar no município apresenta um nível de satisfação majoritariamente positivo, refletindo eficiência e regularidade na maior parte do território. Contudo, a presença de avaliações regulares e negativas evidencia a necessidade de monitoramento contínuo, padronização da qualidade do serviço e adoção de ações corretivas direcionadas às áreas com maior incidência de problemas, de modo a garantir atendimento equitativo, reduzir desigualdades territoriais e elevar de forma consistente a percepção positiva da população.

9. Conclusão

A análise consolidada dos dados do relatório evidencia um panorama geral positivo em diversos setores, porém com desafios significativos relacionados à equidade, qualidade, consistência e acesso aos serviços públicos. No âmbito educacional, 62,6% dos respondentes percebem igualdade de acesso às escolas públicas, o que indica percepção de oferta adequada de vagas, infraestrutura e distribuição das unidades escolares, permitindo acesso relativamente uniforme para diferentes regiões e grupos sociais. Contudo, 23,1% apontam desigualdades percebidas, possivelmente relacionadas à localização das escolas, capacidade limitada, transporte ou barreiras socioeconômicas, enquanto 14,3% não opinaram, sugerindo desconhecimento ou ausência de contato direto com o sistema educacional. Esses dados indicam a necessidade de políticas voltadas à ampliação da infraestrutura, redução de barreiras e promoção de equidade efetiva no acesso escolar.

No setor de saúde, a percepção sobre a qualidade do atendimento nos postos de saúde apresenta cenário misto, com 63% considerando o serviço regular ou bom, 11% ótimo e 20,9% ruim ou péssimo, indicando que embora uma parcela significativa perceba atendimento aceitável, há falhas significativas que impactam a experiência de usuários. A percepção sobre o tempo de espera revela que 64,6% vivenciam atrasos moderados ou longos, evidenciando gargalos operacionais, alta demanda e insuficiência de recursos humanos ou físicos, enquanto 27,5% relatam atendimento rápido ou muito rápido. Esses indicadores apontam para necessidade de padronização dos processos, otimização de fluxos, capacitação profissional e ampliação de recursos para reduzir tempos de espera e aumentar a satisfação dos usuários.

A confiança nas forças policiais é predominante, com 76,4% apresentando algum grau de confiança, embora 15,8% não confiem e 7,9% não opinem. A presença de desconfiança indica a necessidade de reforço na atuação territorial, consistência operacional e comunicação institucional para reduzir percepções de vulnerabilidade e ampliar a credibilidade plena da corporação.

Os serviços do CRAS e CREAS apresentam 34,9% de percepções positivas, 21,6% regulares, 5,2% negativas e 38,3% de não respostas, revelando que uma parcela significativa da população que conhece ou utiliza os serviços percebe eficiência e acolhimento, mas há baixa visibilidade e utilização entre determinados segmentos. A análise indica necessidade de maior divulgação, ampliação do acesso, padronização da qualidade e monitoramento contínuo para aumentar a efetividade das ações socioassistenciais.

Quanto ao mercado de trabalho, 57,9% consideram que há vagas suficientes, enquanto 33,9% percebem insuficiência e 8,2% não opinam. A ausência de conhecimento sobre programas de capacitação atinge 61,1% da população, revelando lacuna relevante na divulgação e comunicação das iniciativas. Esses dados reforçam a necessidade de políticas voltadas à ampliação de oportunidades, diversificação do mercado de trabalho, fortalecimento da qualificação profissional e inclusão de grupos vulneráveis.

O transporte público apresenta percepção mista, com 36,1% avaliando o serviço como bom ou ótimo, 23,1% regular, 10% ruim ou péssimo e 30,8% não opinando, indicando limitações na cobertura, consistência de horários e infraestrutura, além de falta de informação ou uso esporádico do serviço. Os resultados sugerem necessidade de ampliação da cobertura, melhoria na regularidade, padronização da qualidade e estratégias de comunicação que garantam acesso equitativo e experiência satisfatória.

As áreas verdes do município são amplamente valorizadas, com 64,3% de avaliações positivas, embora 20,8% pouco satisfeitos, 9,2% muito insatisfeitos e 5,6% de não respostas, indicando que, apesar da percepção favorável, há limitações relacionadas à infraestrutura, diversidade de equipamentos, segurança e acessibilidade em determinadas regiões. A coleta de lixo domiciliar apresenta 60,3% de avaliações positivas, 25,8% regulares, 11,6% negativas e 2,3% de não respostas, evidenciando satisfação predominante, mas também limitações pontuais que exigem atenção à cobertura, regularidade, padronização da qualidade e monitoramento contínuo.

Em síntese, os dados indicam que, embora a população perceba de forma majoritária eficiência, qualidade e confiabilidade nos serviços públicos relacionados à educação, saúde, segurança, assistência social, emprego, transporte, áreas verdes e coleta de lixo, persistem desafios estruturais, desigualdades percebidas, lacunas de informação e inconsistências operacionais. Tais resultados sugerem a necessidade de políticas estratégicas voltadas à ampliação da equidade, padronização da qualidade, otimização de processos, fortalecimento da comunicação institucional, monitoramento contínuo e inclusão de grupos vulneráveis para garantir acesso efetivo, consistência e satisfação plena da população.